



Políticas públicas de segurança alimentar e quilombolas: uma discussão de território, governança e economia política

Eliane Alves da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eugenio Avila Pedrozo

(In memoriam)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tania Nunes da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

e

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

As Comunidades de Remanescentes de Quilombos (QRQs) se localizam, em sua maioria, em áreas rurais, e são expostas a invasão de terras por posseiros e a insegurança alimentar e nutricional. Mas, a partir de 2002, o Estado colocou em prática políticas públicas que auxiliaram no enfrentamento da pobreza, com o intuito de elevar a renda e as condições de bem-estar da população vulnerável, a fim de assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Portanto, o objetivo deste artigo é analisar como as políticas públicas de segurança alimentar contribuem para a manutenção do território Quilombola. Para atingir o objetivo proposto optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa-descritiva de lógica abduativa, utilizando-se como estratégia a análise comparativa entre estudos de caso e entrevistas semiestruturadas. Os municípios selecionados foram Montes Claros, no estado de Minas Gerais, e Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Ambos possuem CRQs que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de se localizarem em regiões com forte presença dessas comunidades. Verificou-se que quando a CRQ possui governança territorial e leva em consideração algumas questões de Economia Política, as políticas SAN ajudam em sua consolidação. E, que o papel da extensão rural e participação da comunidade foram fatores determinantes.

Palavras-chave: Economia Política; Governança Territorial; Segurança Alimentar e Nutricional; Quilombolas.

Public food security policies and Quilombolas: a discussion of territory, governance and political economy

ABSTRACT

Quilombo Remnant Communities (QRCs) are located in rural areas and are exposed to land invasion by squatters and nutritional insecurity. But from 2002, the State put into practice public policies that helped to combat poverty, with the aim of increasing the income and well-being conditions of the vulnerable population, in order to guarantee Food and Nutritional Security (FNS) and the Human Right to Adequate Food (HRAF). Therefore, the objective of this article is to analyze how public food security policies reduce the maintenance of quilombola territory. To achieve the proposed objective, we opted for qualitative-descriptive research with abductive logic, using comparative analysis between case studies and semi-structured



interviews as a strategy. The selected municipalities were Montes Claros, in the state of Minas Gerais, and Pelotas, in the state of Rio Grande do Sul. Both have QRCs that provide food for the National School Feeding Program (PNAE), in addition to being located in regions with a strong presence of these communities. It was found that when the QRC has territorial governance and takes into account some Political Economy issues, FNS policies help with their implications. And that the role of rural extension and community participation were determining factors

Keywords: Political Economy; Territorial Governance; Food and Nutrition Security; Quilombolas.

Políticas públicas de seguridad alimentaria y quilombolas: una discusión sobre territorio, gobernanza y economía política

RESUMEN

Las comunidades remanentes de quilombos (QRQ) están ubicadas en su mayoría en áreas rurales y están expuestas a la invasión de tierras por parte de ocupantes ilegales y a la inseguridad alimentaria y nutricional. Sin embargo, a partir de 2002, el Estado puso en práctica políticas públicas que ayudaron a combatir la pobreza, con el objetivo de incrementar los ingresos y las condiciones de bienestar de la población vulnerable, con el fin de garantizar la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) y los Derechos Humanos. Derecho a una Alimentación Adecuada (DHAA). Por tanto, el objetivo de este artículo es analizar cómo las políticas públicas de seguridad alimentaria contribuyen al mantenimiento del territorio quilombola. Para lograr el objetivo propuesto se optó por una investigación cualitativa-descriptiva con lógica abductiva, utilizando como estrategia el análisis comparativo entre estudios de casos y entrevistas semiestructuradas. Los municipios seleccionados fueron Montes Claros, en el estado de Minas Gerais, y Pelotas, en el estado de Rio Grande do Sul. Ambos cuentan con CRQ que abastecen de alimentos para el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), además de estar ubicados en regiones con una fuerte presencia de estas comunidades. Se encontró que cuando la CRQ tiene gobernanza territorial y toma en cuenta algunos temas de Economía Política, las políticas de la SAN ayudan en su consolidación. Y el papel de la extensión rural y la participación comunitaria fueron factores determinantes.

Palabras clave: Economía Política; Gobernanza Territorial; Seguridad Alimentaria y Nutricional; Quilombolas.

INTRODUÇÃO

Ao utilizar um recurso comum, os indivíduos esperam ter os direitos de entrar em um território específico, retirar ou transformar recursos. Através da gestão do território, populações podem ajudar a atenuar as alterações climáticas, e conservar a biodiversidade. Esses territórios podem conter biodiversidade igual ou superior à das áreas protegidas administradas pelo governo nas mesmas regiões (PORTER-BOLLAND *et al.*, 2012; SCHUSTER *et al.*, 2019; WALKER *et al.*, 2020), e oferecer soluções climáticas naturais econômicas (GRISCOM *et al.*, 2017).

Porém, a dificuldade de regulamentar ou institucionalizar os territórios é a ausência de um marco jurídico. Isso limita as possibilidades de gestão social da territorialidade. Outra razão refere-se à dificuldade de romper com os valores de uma trajetória histórica de tratar o rural, o desenvolvimento rural e a intervenção do Estado (FAVARETO, GINEL, GRISA, 2017).

Um exemplo disso é o que acontece com as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). Esses territórios se localizam, na maioria das vezes, em áreas rurais. Para se ter uma



ideia, no Rio Grande do Sul, do total de 130 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), 113 são rurais (87%) e 17 estão situadas em meio urbano (SEAPDR-RS, 2022). Em Minas Gerais existem 1.043 CRQs, reconhecidas e em processo de reconhecimento pela FCP (CEDEFES, 2021), das quais 27 são urbanas (CAVALCANTE, 2023; CEDEFES, 2021; SANTOS, 2018).

Nas CRQs rurais, os moradores trabalham em atividades agrícolas de produção de pequena escala (Brandão et al., 2018). Porém, sua economia é constantemente ameaçada pela invasão de terras por posseiros, reduzindo a área de plantio e o desenvolvimento da caça, pesca e pecuária, além de baixas perspectivas de emprego local (ZANLOURENSI *et al.*, 2019). Há também altos índices de baixa escolaridade, pouca infraestrutura nas comunidades e fortes indicadores de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) (BRANDÃO *et al.*, 2018; ZANLOURENSI *et al.*, 2019).

A partir de 2002, o Estado colocou em prática políticas públicas que auxiliaram no enfrentamento da pobreza, com o intuito de elevar a renda e as condições de bem-estar da população vulnerável, a fim de assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) da população, por meio de um amplo processo intersetorial e com a participação da sociedade civil (ZANLOURENSI *et al.*, 2019).

Entre essas políticas está o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que teve suas origens desde a década de 1940 e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. O PNAE foi aperfeiçoado em 2009 por meio da Lei nº 11.947, que garantiu no mínimo 30% do repasse do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de Reforma Agrária, comunidades tradicionais indígenas e CRQs (SILVA, PEDROZO, SILVA, 2022; SILVA, PEDROZO, SILVA, 2023a; SILVA, PEDROZO, SILVA, 2023b; ZANLOURENSI *et al.*, 2019).

Porém, para executar essas leis é preciso haver um aprofundamento democrático, que crie laços de cooperação e a coordenação entre organizações, instituições e cidadãos (Feio & Chorincas, 2009). Para haver interação dos processos políticos e econômicos, provenientes da governança territorial de CRQs, deve-se também levar em consideração a distribuição de poder e riqueza entre diferentes grupos e indivíduos. Para analisar essa questão optou-se por uma análise de Economia Política proposta por Bernstein (2017), resumida em quatro questões principais: Quem possui o quê? Quem faz o que? Quem recebe o quê? O que eles fazem com isso?

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar como as políticas públicas de segurança alimentar contribuem para a manutenção do território Quilombola. Este estudo se faz relevante, pois analisa se as CRQs são beneficiadas pelos incentivos na aquisição de seus produtos agrícolas por políticas públicas, como o PNAE ou PAA.

Para atingir o objetivo proposto optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa-descritiva (BLATER, HAVERLAND, 2012; SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2013; KUMAR, *et al.*, 2018) e lógica abdução (MEZIROU, 1991; CHARREIRE, DURIEUX, 2003; CRUZ, 2007), utilizando-se como estratégia uma análise comparativa de estudos de caso (STAKE, 2011; YIN, 2018) e entrevistas semiestruturadas (BISHOP, 2005). Os municípios



selecionados apresentavam CROs como fornecedores de produtos da agricultura familiar no PNAE. O primeiro município analisado foi Montes Claros, no Norte do estado de Minas Gerais, região em que se encontra oito dos 10 municípios com o maior número de quilombolas do estado (IBGE, 2019). E, o segundo foi Pelotas, na região Sudeste-rio-grandense, com 50 comunidades, que são 38% das CRQs no Rio Grande do Sul (SEAPDR-RS, 2022).

REFERENCIAL TEÓRICO

Territorialidade, governança e economia política

Para se discutir a Territorialidade, é necessário entender as diferentes concepções desta abordagem. Segundo Schneider e Tartaruga (2004), o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, considera o território como uma parte da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, com o intuito de possuir recursos naturais suficientes para sua população sobreviver. Enquanto Jean Gottmann (1973) considera que o território envolve a compreensão da realidade entre países, observando as relações econômicas, culturais e políticas.

Raffestin (1993) acredita que as estratégias territoriais são influenciadas por múltiplos poderes. O autor assume um posicionamento junto à Geografia Política, e assume a análise da multiplicidade de poderes com base em Michel Foucault. Enquanto Sack (1986), examina a territorialidade humana na perspectiva das motivações humanas, ou seja, territorialidade como a base do poder. Para Sack (1986), a territorialidade é uma tentativa, ou estratégia, de um indivíduo ou de um grupo para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas através da delimitação e do controle dos territórios (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005).

Já Dallabrida (2015) funde o conceito de governança com território. A governança territorial está relacionada a gestão dos assuntos públicos com impacto nos territórios (DALLABRIDA, 2006, 2007, 2011), levando em consideração uma visão multinível de futuro para os atores envolvidos (FARINÓS, 2008), assegurando a representação de diferentes grupos e interesses territoriais em relação ao mercado e ao Estado (FEIO, CHORINCAS, 2009). Assim, o propósito final dos processos de governança territorial é o desenvolvimento de um determinado território (FERRÃO, 2013; DALLABRIDA, 2011).

A maioria desses territórios são tradicionalmente geridos como bens comuns (OSTROM, 1990), que são recursos coletivos administrados por meio de regras e normas derivadas da comunidade. As comunidades “proprietárias” muitas vezes passam por uma série de desafios, que variam desde garantir a posse da terra até à reconciliação de direitos sobre reivindicações existentes, abordando sobreposições legais, gerindo os impactos da integração do mercado e construindo instituições de governança equitativas (ASSIES, 2006; MONTERROSO *et al.*, 2019; SARIGUMBA *et al.*, 2023).

Quando essas comunidades se encontram na esfera rural, muitas vezes carecem de influência ou poder (SALTER, 2022) por serem excluídas de decisões que afetam suas vidas (CAHILL, 2007; SARIGUMBA *et al.*, 2023). Para avançar na abordagem da governança territorial, é necessário avançar em termos de legitimidade e de aprofundamento democrático, criando laços de cooperação e coordenação entre os vários níveis de governo, organizações não-



governamentais e os cidadãos (FEIO, CHORINCAS, 2009). Trata-se de contemplar um adequado equilíbrio entre esfera pública, mercado e sociedade civil (DALLABRIDA, 2015).

As práticas de governança territorial devem ser contextualizadas a partir das dimensões de ação e de poder prevalentes, que podem ser melhor exploradas por meio da abordagem da Economia Política, que incorpora uma ampla perspectiva histórica e geográfica, ajudando a explicar por que e como o poder muda ao longo do tempo, e como as atividades de um grupo afetam os outros (COLLINSON, 2003; SILVA *et al.*, 2023b).

Assim, as abordagens de Economia Política são usadas para entender a dinâmica econômica e política que afeta questões como acesso, disponibilidade, produção, colheita e consumo (DUNCAN, *et al.*, 2019). Essa abordagem é uma ferramenta útil para criticar dinâmicas socioeconômicas e políticas, expondo como o poder em múltiplas escalas impacta experiências vividas e reproduz desigualdades e injustiças (LEFF, 2015; SILVA *et al.*, 2023b; WALKER, 2006).

Um ponto de partida útil para ancorar essa abordagem foi fornecido por Collinson (2003), que aponta que as análises de Economia Política se concentram na interação dos processos políticos e econômicos em uma sociedade, ou seja, na distribuição de poder e riqueza entre diferentes grupos e indivíduos, e em processos que criam, sustentam e transformam essas relações ao longo do tempo.

Bernstein (2017) resumiu as principais preocupações de uma análise de Economia Política em quatro questões principais: Quem possui o quê? Quem faz o que? Quem recebe o quê? O que eles fazem com isso? Ele destacou a utilidade analítica dessas questões, que podem ser aplicadas em diferentes locais e escalas. Essas questões não servem como um resumo da mudança e desenvolvimento históricos reais. Porém, são úteis para organizar uma possível investigação. Tal investigação sempre revelará uma grande riqueza e diversidade de realidades formas e padrões históricos, trajetórias e resultados. Nesse sentido, fazer história é sempre identificar e buscar explicar a especificidade, acarretando muitas outras determinações adicionais (BERNSTEIN, 2017).

Portanto, ao analisar a governança territorial e a Economia Política das CROs, será possível entender como essas comunidades se organizam e se as políticas públicas ajudam na manutenção de sua identidade territorial. Para avançar nessa análise é preciso compreender alguns aspectos históricos conforme o tópico a seguir.

As comunidades Quilombolas e as políticas SAN

Os povos e comunidades tradicionais se caracterizam por serem grupos culturalmente diferenciados, possuindo formas próprias de organização social, uso de territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Nesse contexto, a relação com os elementos da natureza e da biodiversidade presente no território tradicionalmente ocupado se reflete em diversas características das comunidades como o manejo do solo, produção agrícola, culinária, uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), construção de moradias, confecção de objetos e utensílios artesanais, além de possuírem um sistema próprio e tradicional de transmissão de conhecimentos e saberes (MAZUNARA, DIAS, LAUREANAO, 2016).



Como exemplos de comunidades tradicionais se destacam os remanescentes de quilombos, que são grupos étnico-raciais de ancestralidade negra que se autodefinem por apresentarem trajetórias de resistência à opressão histórica sofrida pela escravidão (FORTUNATO, *et al.*, 2023). É importante ressaltar que por 388 anos o Brasil teve uma economia escravista relacionada a extração de ouro e pedras preciosas, cana-de-açúcar, criação de gado e plantação de café (BRESCIANINI, 2019). Atualmente, no país, existem 2.840 comunidades de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares, das quais 300 se encontram na região Norte, 1.743 no Nordeste, 477 no Sudeste, 191 no Sul e 151 no Centro-Oeste (FORTUNATO *et al.*, 2023).

As CRQs, em sua grande maioria, estão localizadas em áreas rurais, onde a comunidade trabalha em atividades agrícolas, e sobrevive de sua produção agrícola de pequena escala (Brandão *et al.*, 2018). Porém, sua economia é constantemente ameaçada pela invasão de terras por posseiros, o que reduz a área de plantio e o desenvolvimento da caça, pesca e pecuária. Além das baixas perspectivas de emprego local, existe altos índices de baixa escolaridade, pouca infraestrutura e fortes indicadores de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) (BRANDÃO *et al.*, 2018; ZANLOURENSI *et al.*, 2019).

Embora reconhecidas e consideradas como patrimônio cultural brasileiro, as CRQs enfrentam graves problemas relacionados não só aos aspectos culturais, como à qualidade de vida e saúde de sua população. Por esta razão, foram criadas diversas políticas públicas com o intuito de garantir a interlocução das necessidades deste grupo populacional com as agendas governamentais. Dentre essas ações se destacam: o Plano Brasil sem Miséria, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Programa Brasil Quilombola (SOUSA *et al.*, 2013). O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a política de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) também contribuíram no atendimento das necessidades das CRQs (ZANLOURENSI *et al.*, 2019).

Como política de garantia do DHAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende a dois eixos, o primeiro é o combate à fome, e o segundo é a garantia de alimentação saudável e culturalmente adequada. Assim, a alimentação escolar de uma CRQ, além de atender as necessidades nutricionais, deve respeitar as tradições, os hábitos alimentares e valorizar a socio biodiversidade e as pessoas que atuam nas etapas do sistema alimentar (FONSECA *et al.*, 2021).

O PNAE é uma das políticas públicas mais longevas, pois que teve suas origens na década de 1940. A Lei nº 11.947, homologada em 16 de junho de 2009, revolucionou o programa, pois garantiu no mínimo 30% do repasse do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de Reforma Agrária, comunidades tradicionais indígenas e CRQs. (SILVA, *et al.*, 2022; SILVA, *et al.*, 2023a; SILVA *et al.*, 2023b; ZANLOURENSI *et al.*, 2019). Desta forma, a aquisição de alimentos produzidos pelas CRQs é uma alternativa para a geração de renda desses agricultores familiares e em contrapartida auxilia na promoção das políticas SAN (ZANLOURENSI *et al.*, 2019).



O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (SILVA *et al.*, 2022). Sua implantação foi essencial para o sucesso da introdução da agricultura familiar em políticas SAN, pois introduziu o mecanismo de chamada pública. Isso possibilitou que agricultores familiares, associações ou cooperativas agrícolas pudessem atender à gestão pública, a qual, anteriormente, só poderia adquirir alimentos por meio de licitações.

Depois da Lei nº 11.947 foram criados outros dispositivos para aperfeiçoar a compra de produtos da agricultura familiar como a Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que esclareceu sobre quem seria considerado agricultor familiar. Segundo essa resolução, o agricultor familiar deve praticar atividades no meio rural, possuir área de até quatro módulos fiscais, mão de obra familiar, renda familiar vinculada à constituição e administração do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Ela também estabeleceu que silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da Reforma Agrária, também, seriam considerados agricultores familiares. Resolução do FNDE nº 4, de 3 de abril de 2015, aperfeiçoou a classificação de grupos formais e informais de assentados da Reforma Agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios de desempate (SILVA, *et al.*, 2022).

Embora essas medidas busquem incentivar a produção agrícola de CRQs para atender as políticas SAN, não se sabe exatamente o impacto real sobre essas comunidades. A seção a seguir mostra os procedimentos metodológicos utilizados nos municípios visitados com intuito de responder o objetivo deste artigo.

METODOLOGIA

O objetivo deste artigo é analisar como as políticas públicas de segurança alimentar contribuem para a manutenção dos territórios Quilombolas. As cidades selecionadas foram Montes Claros no estado de Minas Gerais; e Pelotas no estado do Rio Grande do Sul, por possuírem CRQs que fornecem produtos para o PNAE municipal. Além disso, Montes Claros, fica na região Norte do estado de Minas Gerais, região em que se encontra oito dos 10 municípios com o maior número de quilombolas do estado (IBGE, 2019). Enquanto Pelotas, se localiza na região Sudeste-rio-grandense, com 50 comunidades, que são 38% das CRQs no Rio Grande do Sul (SEAPDR-RS, 2022).

Os municípios escolhidos fizeram parte dos projetos de pesquisa “Aprendizagens para o desenvolvimento sustentável: Casos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) brasileiro (2018-2022)” e “Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Gaúcho: um estudo avaliativo em busca da aprendizagem para o desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Sul (2019-2023)”.

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa-descritiva (BLATER, HAVERLAND, 2012; SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2013; KUMAR, *et al.*, 2018) e lógica abdução (MEZIROW, 1991; CHARREIRE, DURIEUX, 2003; CRUZ, 2007), utilizando-se como estratégia uma análise comparativa de estudos de caso (STAKE, 2011; YIN, 2018) e entrevistas semiestruturadas (BISHOP, 2005).



Os entrevistados foram selecionados conforme Silva *et al.* (2022, 2023a, 2023b, 2024), ao total foram entrevistadas 21 pessoas, sendo 11 no município de Montes Claros e 10 no município de Pelotas. O Quadro 1 apresenta a caracterização desses entrevistados.

Quadro 1- Caracterização dos entrevistados nos municípios visitados

Instituição	Código do entrevistado	Características dos entrevistados	Datas de realização das entrevistas
Município de Montes Claros -MG			
SEMED - Secretaria Municipal de Educação Divisão de Merenda Escolar	ESME01MOC	1. Nutricionista responsável pelo PNAE	20/09/2021
SEAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura	ESEAMC01MOC	2. Gerente da SEAGRI	20/09/2021
	ESEAMC02MOC	3. Responsável pelo PNAE	20/09/2021
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros - Filiado FETAGRI-MG e CONTAG	ESTR01MOC	4. Diretor de políticas agrícolas	22/09/2021
Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão	ECGS01MOC	5. Engenheiro de alimentos	24/09/2021
CRQ de Monte Alto	EQUIL01MOC	6. Agricultura e merendeira	23/09/2021
	EQUIL02MOC	7. Agricultor	
	EQUIL03MOC	8. Agricultor	
	EQUIL04MOC	9. Agricultor	
	EQUIL05MOC	10. Agricultor	
	EQUIL06MOC	11. Agricultor	
Município de Pelotas			
SEMED - Secretaria Municipal de Educação Departamento de Alimentação Escolar	ESME01PEL	12. Nutricionista responsável pelo PNAE	18/07/2022
	ESME02PEL	13. Nutricionista	
	ESME03PEL	14. Nutricionista	
EMATER Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural - (escritório regional e escritório municipal)	EMAT01PEL	15. Extensionista	20/07/2022
	EMAT02PEL	16. Extensionista	20/07/2022
EMBRAPA	EEBR01PEL	17. Servidor	21/07/2022
CAPA - Centro de Apoio e Produção da Agroecologia	ECAP01PEL	18. Presidente	21/07/2022
Cooperativa Sul Ecológica	ESEC01PEL	19. Presidente	22/07/2022
CRQ Monojolo	EQUI01PEL	20. liderança	23/07/2022
CRQ do Algodão	EQUI02PEL	21. Liderança	23/07/2022

Fonte: Dados da pesquisa

As entrevistas foram semiestruturadas (BISHOP, 2005), estabelecidas como “conversas” para construir uma mútua compreensão por meio do compartilhamento de experiências e significados. Foram realizadas observações, as quais foram documentadas por meio de notas de campo (LOFLAND, 1974; LOFLAND, LOFLAND, 1995). Após as transcrições foi realizada a análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2011).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Município de Montes Claros – MG

As informações sobre os povos originários em Minas Gerais são reunidas pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), que é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1985. Essa instituição é conhecida como um centro de documentação que busca contribuir para a inserção social e política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem-terra, agricultores familiares, quilombolas e povos indígenas, valorizando a memória social dessas populações a partir da documentação, pesquisa e divulgação de suas identidades culturais. A partir dos anos 2000, o CEDEFES foi demandado pelos movimentos negros para atuar junto às CRQs do Estado. É nesse contexto que a entidade elabora o Projeto “Quilombos Gerais”, que passou a financiar, a partir de 2003, as primeiras ações de identificação e documentação das comunidades negras e de mobilização e articulação de lideranças dessas comunidades (ROSÁRIO *et al.*, 2022).

Um dos primeiros movimentos envolvendo CRQs ocorreu em 2004, durante o I Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais. O encontro foi organizado pela Fundação Cultural Palmares, pelo Instituto de Defesa da Cultura Negro e Afrodescendente, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG), Prefeitura de Belo Horizonte e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). Nesse encontro, diversos representantes de comunidades expuseram a situação em que viviam: a grilagem das terras, a parcimônia de políticas públicas, a falta de geração de renda nas localidades. Como resultado deste esforço, foi possível identificar, em 2006, 365 comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, o que permitiu o acesso de algumas CRQs a políticas públicas específicas, como o programa federal “Luz para Todos” (ROSÁRIO *et al.*, 2022).

No início de 2017, havia cerca de 200 processos de solicitação de regularização fundiária dos territórios de CRQs abertos no INCRA, da 6ª Região MG (ROSÁRIO *et al.*, 2022). Em dois de outubro do mesmo ano, a Comunidade Quilombola de Monte Alto foi certificada por meio da Portaria 267 da Fundação Cultural Palmares. Monte Alto é uma comunidade rural, localizada 42 quilômetros da cidade de Montes Claros, que se formou por volta do ano de 1920.

A origem de Monte Alto remonta ao final do século XIX e início do século XX, quando negros fugitivos de fazendas da região, fundaram a comunidade de Furado Grande. No local eles viveram por muito tempo escondidos, até que em 1920 conseguiram terras doadas, onde se estabeleceram definitivamente e fundaram a comunidade de Furado Redondo, que passou a se chamar Monte Alto, na década de 1980 (ALBERMAZ, 2017).

Essa região do Norte de Minas, onde se encontra a CRQ de Monte Alto, foi historicamente marcada pela pecuária de corte, que recebeu incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que contemplou grandes unidades produtivas. Logo os pecuaristas concentraram terras e expropriaram os antigos moradores de suas fazendas. Essas propriedades ficavam no Território Gurutubano, que possuía 27 CRQs, não reconhecidas até o ano de 2017 (AFONSO, 2014).



Em meio a luta pelo reconhecimento territorial, também é necessário garantir a sobrevivência da comunidade, programas como “Luz para Todos” e “Quilombola venha ler e escrever”, foram ações iniciais (ROSÁRIO *et al.*, 2022). Posteriormente, devido à política de garantia do DHAA, se buscou escoar sua produção por meio do PNAE e do PAA. Esse aprofundamento democrático ainda não beneficiou a comunidade por completo, pois ainda existe algumas barreiras a serem superadas conforme descrito pelo representante da comunidade a seguir.

Entrevistado EQUIL02MC: *Eu queria muito que o pessoal olhasse pra gente, pra comunidade com esse olhar, porque não adianta vir na comunidade quilombola, falar que a gente tem direito, tem direito, quando na verdade nós não temos direito, ele não é garantido pra gente.*

O representante da CRQ enfatiza que, embora exista no PNAE uma prioridade na aquisição de alimentos de origem quilombola, isso não ocorre de uma maneira que beneficie a comunidade. Em visita ao Departamento de Alimentação Escolar na Secretaria Municipal de Educação, se verificou que é feita a compra de alguns itens, porém não de todos os produtos que a comunidade produz. Mas, isso tem muito mais a ver com o processo de coordenação da CRQ de Monte Alto. Quando se elabora os projetos de venda para o município, não se coloca todos os produtos que eles produzem, ou ocorre falta de comunicação com as nutricionistas para elaborarem o cardápio da alimentação escolar, dentro das possibilidades de atendimento da CRQ.

Nesse caso o corre uma falta de coordenação do território, agravada pela ausência de assistência técnica para a produção agrícola. Os remanescentes quilombolas não praticam o plantio tradicional, eles absorveram algumas técnicas provenientes de pacotes tecnológicos, o que encarece a sua produção. E, mesmo sofrendo essa ruptura com sua tradição de plantio, não conseguem assistência técnica para atendê-los. Não há técnicos suficientes na Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), ou na Secretaria de Agricultura do Município. Toda essa problemática é evidenciada na fala a seguir:

Entrevistado EQUILMOC03: *Porque na hora de pegar quase todos os produtos, mesmo que seja um quantitativo menor, as vezes uma qualidade até mais inferior do que o do próprio mercado interno lá, né? Que na verdade são produtos quilombola e não tem toda configuração, não tem assistência técnica, dentro do programa ou até mesmo dentro da comunidade. Os produtores trabalham do jeito que sabe, né? O produtor tá até com menor inferioridade, mas na verdade é o produto que o produtor tem pra entregar. De repente às vezes a gente fala menos orgânico, mais orgânico. Mais orgânico, mas não é aquela mercadoria de qualidade igual a que os outros grupos entregam porque trabalha só na base do veneno. Então a mercadoria eu sei como é a mercadoria, mas é de qualidade, porém qualidade visual já não é tão boa, né?*

Essa falta de coordenação influencia os laços de cooperação. Embora os remanescentes quilombolas sejam um grupo reconhecido, existe uma forte insegurança em montar uma cooperativa na comunidade. Durante as entrevistas na CRQ de Monte Alto, os entrevistados comentaram que até para os moradores se reconhecerem como quilombolas foi difícil. Havia medo de sofrer ameaças ou represarias por parte dos fazendeiros. Outro aspecto observado foi



o clima de desconfiança, pois foram feitas promessas para comunidade que não foram cumpridas. O medo de endividamento afasta a discussão sobre a formação de uma cooperativa conforme relato a seguir:

Entrevistado EQUIMOC04: *A cooperativa você vai começar do zero. Acho que todo mundo é tá concordando com o que eu tô falando, a gente vai começar do zero, gastar o que tem e o que não tem pra mudar. E se você não tiver a garantia que você vai entregar além de você ter gastado com a cooperativa tem que mantê-la. E você não tem a mesma oportunidade que a outra porque você é inferior, além de ser menor e a outra já tem experiência no ramo.*

Apesar dos esforços da Secretaria Municipal de Agricultura, o projeto da cooperativa não foi concretizado. Porém, conseguiram fundar a Associação Comunitária Quilombolas de Monte Alto. Foi uma solução que promoveu os laços de cooperação e amenizou questões burocráticas e taxas cobradas em um modelo cooperativista.

Percebeu-se que reconhecer o território de uma CRQ é apenas o princípio da soberania territorial, é preciso garantir meios de subsistência a essa população, por meio da Economia Política, que promove uma análise sobre diferentes realidades, buscando identificar e explicar as especificidades existentes no contexto apresentado. Portanto, as análises a seguir vão levar em consideração as questões: “Quem possui o quê? Quem faz o que? Quem recebe o quê? O que eles fazem com isso?”, conforme proposto por Bernstein (2017).

Ao avaliar “Quem possui o quê?”, aspectos como falta de terras com água para produzir emergem. A questão hídrica é bem delicada para CRQ de Monte Alto, levando isso em consideração, quem possui terras com água consegue produzir. Mas, se a propriedade não possui água, o agricultor tem que arrendar outra, conforme explicado pelo agricultor remanescente quilombola.

Entrevistada EQUIL05MOC: *A maioria deles ainda trabalha com terreno arrendado. É mesmo, terreno arrendado é merecido, vai ter que pagar. Porque tem muito que não tem condição de terra. Se arrenda a terra com água pra poder trabalhar pra sobreviver. Que a comunidade nossa que é o único meio de sobrevivência que tem é agricultura, porque criava gado né? Tinha pecuária, mas hoje como a gente secou a região está muito seco quase tu não está aguentando. Então quem tinha gado foi vender. São poucos que cria gado hoje e gado tem que criar muito e viver daquilo né? E eu sinto cada vez alguns têm três cabecinha de gado. Então, a fonte de renda da comunidade é a agricultura e quando a gente não tem, aqui não tem rio, o poço da comunidade nossa dá mal pra o pessoal beber e agora mesmo já tá começando uma briga por conta de falta de água na comunidade, a gente tá pleiteando aí um poço da gente, mas tá parado aí com toda documentação no cartório.*

Existe a possibilidade de se construir um poço artesiano. Porém, a energia elétrica necessária para puxar água do poço e projetos de irrigação possui um custo elevado para a comunidade. Ao analisar “Quem faz o que?”, as condições financeiras de cada família determinam o que as pessoas vão fazer. Permanece na agricultura, quem tem condições para arrendar terras ou abrir um poço artesiano em sua propriedade. Em condições precárias, muitos desistem e vão procurar empregos fora da CRQ, conforme é descrito no relato a seguir:



Entrevistada EQUIL01MOC: *Então, os poços aqui da comunidade nossa o que dá vazão maior é cinco mil litros de água por hora, nós não temos água, então a maioria faz arrendar terreno. E isso pra sobreviver e pra se manter, tem uns que as vezes podia trabalhar de pedreiro, daí fala não, “mas eu estou inscrito no projeto e eu vou trabalhar” vou mexer com isso que é o que eles gostam de fazer também né? Mas, aí devido a não está tendo a colocação, aí acaba que a esposa dele aqui mesmo era produtora junto com ele, trabalhava junto com ele, foi vendo que as coisas foi apertando, foi acertando, hoje ela tá funcionária pública, daí ela tava aqui pra trabalhar na escola Vila Nova de Minas pra sobreviver, tá sobrevivendo. Outros também aqui da comunidade então pra sobreviver porque tá vendo que se for caminhar pro lado da agricultura que eu tô vendo aqui nós vamos passar fome, o pessoal vai passar fome.*

Esse ambiente de falta de coordenação e insegurança econômica influencia a questão “Quem recebe o quê?”. Os agricultores da CRQ reclamam que não conseguem atender satisfatoriamente políticas públicas como o PNAE ou o PAA, porque não conseguem produzir mais. A falta de assistência técnica e conseqüentemente suas limitações econômicas, além de uma forte insegurança em seus laços de cooperação, fazem com que recebam o mínimo sobre a venda de seus produtos. Isso é observado no fragmento a seguir:

Entrevistada EQUIL01MOC: *A cooperativa, mas e como nós vamos ter a certeza que nós vamos pagar? Porque nós somos pequenos produtores. [...] ninguém, todo esse tempo, nos deu assistência né? Desde o início da fundação da associação, então, mas acontece que aí agora neste momento eu acho que o que nos está faltando. Está faltando pra nós é nos dar é um suporte. de ter certeza do que nós estamos fazendo, só isso que está faltando. Mas os programas eu acho que não é ruim, só está não está chegando pra gente. Porque a gente não está adequado lá. E, se adequar é difícil, porque se você não adequar você vai sempre andar pra trás. Pode ser que nós não temos essa certeza que podemos.*

Ainda nesse mesmo questionamento de “Quem recebe o quê?”, ao serem abordados se conseguem vender seus produtos na Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE), que é vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura de Montes Claros, respondem que há dificuldades. Para comercializar seus produtos têm elevados custos logísticos, além da concorrência com outros produtores, pois a CEANORTE recebe agricultores do norte de Minas Gerais e sul do estado da Bahia. Essa dificuldade é retratada no depoimento do remanescente quilombola.

Entrevistada EQUIL06MOC: *Eu já escutei produtor falando, que sem brincadeira nenhuma, que ele pegou a mercadoria dele levou lá no Montes Claros e pagou o que tinha que pagar vendeu e pegou o dinheiro, ele voltou pra trás pra almoçar com o cara que não sobrou o dinheiro da comida pra comer, não sobrou o dinheiro dele pagar o almoço com o produto que ele levou e comercializou, e pagou as conta e veio. Quando ele chegou e falou que tem que ir almoçar lá em casa, porque não sobrou dinheiro no bolso.*

Esse ambiente de incerteza e insegurança dificulta a subsistência dos agricultores remanescentes quilombolas e fica a questão “O que eles fazem com isso?”. Nesse caso, fica evidenciado que a CRQ é prisioneira de suas limitações, ela não consegue avançar devido aos custos de produção e transporte de suas mercadorias, eles não conseguem se coordenar para



promoverem laços de cooperação entre si ou instituições parceiras. Quando são incentivados por políticas públicas, no caso a doação de um trator pelo município, conseguem seguir mais confiantes, embora isso não seja suficiente para sua subsistência. Esse comportamento é verificado a partir da análise do texto que segue:

Entrevistada EQUIL01MOC: *Só está ficando no papel porque não está atendendo, não está atendendo a comunidade, não atende. Muitas vezes está fazendo o produtor se endividar. Hoje você sabe, a semente está muito cara, o veneno está muito caro. Hoje graças a Deus nós ainda temos que bater o joelho no chão e agradecer a Deus, que nós ganhamos um trator pra comunidade que o que ajuda gente a aumentar a produção e diminuir mais o gasto. Ficou mais em conta pra gente tá pagando o trabalho de trator. Mas aí o pessoal vai lá e tem que comprar adubo que está tudo muito caro. Aí vai lá e planta aquela plantação. Quando ele vai ver ele não tirou o dinheiro nem da mão de obra dele. E onde que foi parar a energia? Muito cara! Onde foi parar o dinheiro do adubo, do veneno, de tudo? De tudo que ele gastou lá na obra, ele não conseguiu tirar nada, então está fazendo aí com que o produtor se endivida.*

A análise apresentada mostra que a territorialidade da CRQ Monte Alto ainda não está segura, embora ocorra um esforço de reconhecimento do território, proveniente de políticas públicas por meio das secretarias municipais de agricultura, educação e assistência social, o fato deles não terem sua subsistência garantida com base em seu trabalho agrícola, dificulta sua posse da terra. Durante as entrevistas foi relatado a disputa de poços artesianos com fazendeiros do entorno, as constantes ameaças que a comunidade sofre. Outro ponto a ser observado, é a falta de participação de representantes da comunidade na elaboração de políticas públicas voltadas para CRQ. Essa ausência na participação não é causada apenas pela gestão dos órgãos públicos, mas também devido à insegurança e desconfiança dos moradores, traumatizados por anos de perseguição e repressão.

Então, para se discutir a CRQ, é preciso levar em conta muito mais do que o reconhecimento histórico, mas verificar se questões de governança territorial e economia política contribuem para a permanência desse povo em suas terras. O exemplo a seguir, no estado do Rio Grande Sul, mostra um resultado oposto ao que foi apresentado em Minas Gerais, nesse caso, a participação das CRQs é mais ativa.

Município de Pelotas – RS

O município de Pelotas está localizado na Mesorregião Sudeste do estado do Rio Grande do Sul com uma população estimada de 325.689 habitantes (IBGE 2022). Foi uma das primeiras regiões colonizadas no estado, caracterizada por um modelo de desenvolvimento escravista no cultivo de arroz e criação de gado de corte. A primeira charqueada da região teve início em 1780, e serviu de modelo para muitas outras. Essas propriedades rurais, movidas a trabalho escravo, faziam o abate dos animais e desidratavam as carnes para comercialização (Surita, 2013).

No ano de 1835, existiam 35 charqueadas, com a média 80 escravos por propriedade. A mão de obra escrava era submetida a 16 horas diárias de trabalho forçado, o que aumentava o número de fugas rumo a Serra do Tapes, região pouco povoada e de vegetação abundante. Com



o tempo, os fugitivos constituíram quilombos, onde hoje é a área rural dos municípios de Pelotas e Canguçu (Surita, 2013).

Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, os quilombos na região seguiram se expandindo, e sua população continuou desassistida até os anos 2000, ano em que o Centro de Apoio e Produção da Agroecologia (CAPA), em um processo inicial de coordenação, organizou o Fórum da Agricultura Familiar, utilizando uma metodologia de intervenção com base na participação e valorização dos conhecimentos tradicionais (Surita, 2013).

O aprofundamento democrático ocorreu em 2008, a partir do programa Território da Cidadania, que foi uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável com o objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio da integração de ações dos governos federal, estadual e municipal com a participação da sociedade, auxiliou no processo de reconhecimento público das CRQs. Junto à Fundação Palmares e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com acompanhamento técnico do CAPA, foram reconhecidas 36 CRQs na região (Surita, 2013).

O relato a seguir de um dos representantes da EMATER, mostra a aproximação de políticas públicas locais em complemento às federais, além da cooperação entre diversas instituições, o que ressalta o aprofundamento democrático.

Entrevistada EMAT01PEL: *Em 2015 nós tivemos também a criação do Comitê Gestor Quilombola em Pelotas. Nós fizemos uma pesquisa com a UFRGS, uns anos antes sobre a insegurança alimentar nos quilombos de Pelotas. E, os nossos dados foram alarmantes. E aí teve a universidade, que trouxe o retorno da pesquisa e nós fizemos um grande seminário pra apresentar pras comunidades. E aí a gente se deparou com a situação da insegurança alimentar. Nesta época também começou a acontecer o “Plano Brasil Sem Miséria” que era uma política pública com um recurso muito importante que nós tivemos, que era um recurso pras famílias vulneráveis, que se enquadrassem nos requisitos do programa. E eles tinham que fazer um projeto produtivo com aquele recurso e nós fizemos muitas ordens com aquele recurso pras famílias. Nós tínhamos esse retorno da insegurança alimentar. Então, nós casamos a o retorno da pesquisa com a política pública que surgia no município. Do PBSE que a gente chama, Plano Brasil Sem Miséria. E com a possibilidade deles melhorarem a sua condição da alimentação. Esse grupo também foi um grupo que ficou nos moldes do nosso GT (Grupo de Trabalho) do PNAE, porque quem faz parte do comitê são todas as secretarias que têm relação com os quilombos. Todas essas pessoas foram pra ouvir a pesquisa. Então, também se criou um grupo de trabalho sobre os quilombolas em Pelotas. Eu acho que foi muito importante. Tanto é verdade que hoje estas pessoas fornecem alimento pro PAB (antigo PAA) do município de Pelotas. Hoje nós temos PAB em Pelotas e os quilombolas são fornecedores.*

Nesse período que se iniciou em 2008, a partir Território da Cidadania, e posteriormente com a introdução de políticas públicas como o Brasil sem Miséria, lei nº 11.947, que introduziu a agricultura familiar no PNAE, além do fortalecimento do PAA, e outras políticas de assistência social, o povo quilombola passou a se apropriar da sua realidade e reivindicar mais espaço no município, conforme observado a seguir.

Entrevistado EQUI01PEL: *Em 2015/2016, a gente foi pra Conferência Nacional de Assistência Social e aí lá a gente teve alguns conhecimentos e um deles foi o da construção de projetos das comunidades quilombolas junto as prefeituras. Pra prefeitura comprar produto*



direto das comunidades quilombolas. Teve um programa aí no Ministério de Desenvolvimento Social, e aí a gente construiu aqui em Pelotas, um projeto junto com a Secretaria de Assistência Social e aqui em Pelotas a gente tem o Comitê Quilombola, né? Comitê Quilombola que as comunidades quilombolas junto com o poder público, a gente tem reunião mensal com as secretarias municipais e o gabinete da prefeita, pra gente trazer as demandas da comunidade. Aí dentro do comitê junto com a Secretaria de Assistência Social que também participa do comitê, a gente construiu um PAA, um projeto onde a Prefeitura compra produto direto das comunidades quilombolas pro restaurante popular, pras casas de acolhimento, pra algumas creches. E agora esse ano, a gente conseguiu ampliar o programa e a Prefeitura tá comprando também alguns produtos das comunidades.

As ações de coordenação no município em prol do avanço das CRQs continuaram em 2018, o CAPA e lideranças locais, se organizaram para promover assistência técnica na produção agroecológica, e posteriormente conseguiram apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) por meio do projeto Quintal Orgânico. A partir desses esforços algumas propriedades conseguiram obter a certificação orgânica pela Rede Ecovida (DREIER, 2019). Por meio da certificação orgânica os produtos das CRQs conseguem ser absorvidos tanto pelas políticas públicas quanto por venda direta ao consumidor, como no caso das feiras. O relato a seguir mostra quando as entregas de alimentos começaram a ser entregues diretamente ao município, e como foi o planejamento para se criar uma feira quilombola.

Entrevistado EQUI01PEL: *E aí a gente começou a entregar produto desde 2019 pra prefeitura. E aí com a o planejamento de produção. Sempre sobrava alguns produtos, a gente fazia o planejamento junto com a ONG que dá assistência técnica, o CAPA, a gente fazia junto com os técnicos, o planejamento de produção. Só que sempre faltava produto. E aí a gente plantava mais, pra não faltar, né? Junto ao CAPA surgiu a possibilidade da gente fazer uma feira quilombola no centro de Pelotas, né?*

Em maio de 2021, as CRQs do Algodão, em Pelotas, e do Monjolo, em São Lourenço do Sul, fundaram a Feira Agroecológica Akotirene, que envolve 11 famílias das duas comunidades. A feira foi articulada por meio do Comitê Quilombola de Pelotas e secretarias municipais de Cultura e Desenvolvimento Rural. A Fundação Luterana de Diaconia, por meio do Programa de Pequenos Projetos, apoiou a aquisição de estrutura da feira. São oferecidos 40 produtos, entre alimentos, frutas, hortaliças, grãos, raízes tubérculos e alguns panificados (GIESEL *et al.* 2021).

Assim, por meio da coordenação de ações para organizar o território das CRQs, se torna viável parcerias com outras instituições para promover laços de cooperação. Durante as entrevistas foi observado a parceira das CRQs com as cooperativas. E, com organizações como a EMBRAPA, por meio de Rodas de Conversa, conforme observado no fragmento a seguir.

Entrevistado EEBR01PEL: *Num evento chamado Rodas e Conversa, onde ocorre interação nos vários grupos sociais com essas questões. Porque aqui tem vários territórios dentro do pequeno território. Então é uma riqueza única, né? Por exemplo, pegando a cebola produzida em São José do Norte, uma cebola produzida no ambiente do ecossistema que é o único que tem ali, o ecossistema natural que tem em pouquíssimas regiões do Brasil e com a trajetória de uma diversidade social, açorianos e junto com a comunidade afro dos quilombolas que nós somos enquanto brasileiros e do que criaram por meio dessa relação com suas práticas, uma*



forma que a partir da relação com essa diversidade ideológica mas a cebola é muito destacada criaram uma forma única de manejar e produzir e trabalhar.

Apesar dos avanços as CRQs na região ainda enfrentam alguns desafios, pois nem todas foram reconhecidas oficialmente. As famílias sobrevivem em áreas pequenas com restrições à agricultura e pecuária. Além disso têm que lidar com a ameaça constante de invasão de suas terras e degradação dos recursos naturais, pois estão sujeitos à degradação dos recursos hídricos, efeitos do monocultivo e uso de agrotóxicos em propriedades do entorno, desmatamentos, perda dos campos nativos e paisagens, projetos de mineração e turismo, além da disposição inadequada de resíduos sólidos (MAZUNARA, DIAS & LAUREANO, 2016).

Ao observar essa problemática, se verificou que a dinâmica econômica e política afetou questões de territorialidade das CRQs. Ao analisar “Quem possui o que?”. O representante da CRQ do Algodão menciona a diferença entre as terras dos agricultores familiares e dos remanescentes quilombolas. Ele, também, ressaltou a questão da assistência técnica que os agricultores recebem, o que não acontece em sua comunidade, pois essa assistência começou a 15 anos atrás, conforme a fala a seguir.

Entrevistado EQUI01PEL: *Essa é a diferença, né? E a nossa assistência técnica, ela começou a quinze anos. E o agricultor familiar ele tem terra o suficiente pra produzir pra sua subsistência. A comunidade quilombola não tem essa terra. Produzimos em pequenos espaços, em hortas na verdade. E produz essa variedade aí de produtos, em vinte e cinco metros quadrados. Vinte e cinco metros quadrados produzem pra subsistência, e ainda tira um salário pra gente sobreviver em pequenos espaços sabendo aproveitar.*

Essa diferenciação cultural influencia na percepção de “Quem faz o que?”. Para alguns agricultores familiares, as CRQs, não produzem alimentos porque não “querem trabalhar” e que a responsabilidade de produzir cabe somente a eles. Porém, na verdade, conforme apontado por um dos representantes da EMATER, os remanescentes quilombolas não produzem mais porque não possuem espaço suficiente.

Entrevistado EMAT02PEL: *Eu brinco aí com os meus parentes, né? Porque eu sou alemão pomerano, mas pros meus parentes então, pros franceses, pros italianos, que tão aí na zona rural de Pelotas, né? Que migraram pra cá e esse discurso tá na ponta da língua deles, que quem trabalha, quem produz alimentos são eles. É, não os negros e os quilombolas, “eles não querem os trabalhos, não querem trabalhar e não vão sair produzindo”. O que é uma inverdade, né? Porque antes deles chegarem quem produzia os alimentos era justamente os negros. E a vinda dos imigrantes a gente sabe que tá dentro dum contexto de uma política de eugenia, né? [...] Porque a vinda, dos imigrantes pra cá não foi bonita também, né? Vieram pra cá não porque estavam precisando vir pra cá. E aqui se colocam numa posição de superioridade em relação a população originária. Exatamente, em relação aos indígenas e aos negros. Então há esse preconceito, né? Se espalha por aí essa inverdade. mas é isso, na verdade, é que os quilombolas não produzem porque não tem terra, os que tem são pouca terra, e aí o volume da sua produção inviabiliza uma comercialização individualizada, diferentemente deles né? Que tem condições de botar em cima de um caminhão e trazer pra cá.*



Embora essa percepção de “Quem faz o que?” esteja distorcida, os remanescentes quilombolas desenvolvem ações em conjunto com outras instituições, o que lhes permite atingir resultados. Ao participarem do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) do município, conseguem mais espaço na elaboração do Plano Municipal de Agroecologia. Isso responde à pergunta “Quem recebe o que?”, ou seja, para ter mais benefícios das políticas públicas, foi necessário participar de espaços abertos a diálogos, defendendo seu território e suas tradições para atingirem suas metas de comercialização de produtos, como demonstrado no fragmento a seguir.

Entrevistado EQUI01PEL: *Eu faço parte do CONSEA, e a gente fez uma pesquisa, e tem muito mais alimentos orgânicos e da agricultura familiar no município do que trinta por cento da merenda escolar. Pelotas podia chegar a setenta, oitenta por cento, né? E esse produto por enquanto aí não tá chegando ainda na merenda escolar. Mas, a nossa intenção é de a gente tá dialogando aí com o poder público. Agora esse o ano passado foi aprovado aqui a Lei Municipal de Agroecologia. E agora a gente tá montando um comitê aqui em Pelotas pra fazer o Plano Municipal de Agroecologia. Aí o plano vai dizer onde e quanto vai ser investido ali.*

A última questão sobre Economia Política seria “O que eles fazem com isso?”, trazendo para a realidade das CRQ do município de Pelotas e entornos essa pergunta poderia ser adaptada para “O que as CRQs fazem com seus direitos adquiridos?”. Conforme citado anteriormente, as comunidades quilombolas passaram a ser reconhecidas, mas isso não é algo simples, a legalização de terras é apenas o início, é necessário estabelecer uma série de medidas para garantir a soberania territorial dos remanescentes quilombolas. Com o espaço que conseguiram, almejam gerar renda para permanecerem em seus territórios, como é observado a seguir:

Entrevistado EQUI01PEL: *A gente sempre produziu e aí com a assistência técnica do CAPA que é só ele que dá assistência técnica na agroecologia, né? A gente tem lá desde 2006 lá pra nós foi muito bom, a melhor maneira de gerar renda pras comunidades quilombolas é a feira. É um retorno rápido, a gente vende os produtos aqui por um preço justo, né? E os mesmos produtos que a gente produz lá pra nosso consumo e que a gente tá trazendo aqui, né? Porque assim ó, se a gente vai produzir lá e vender pros atravessadores a gente não vai pegar nem a metade do preço que a gente tá pegando aqui, né? Então pra nós esse já é um preço justo, um preço bom que vale a pena produzir. Hoje lá são ao todo dez famílias produzindo pra feira, né? Dez famílias, né? Daí tem três famílias que é a principal renda delas.*

Foi percebido que o que faz a diferença no município de Pelotas é a participação das CRQs na elaboração de políticas públicas e nos espaços de interação com outras instituições. Isso fortalece a territorialidade, que não tem apenas vínculos históricos, mas leva em consideração governança territorial e a Economia Política.

Comparação entre os municípios

Após analisar o contexto histórico e as entrevistas nos dois municípios visitados, foi possível elaborar o Quadro 2, que traz as dimensões propostas para uma governança territorial, segundo Feio e Chorincas (2009), e para análise de Economia Política conforme Bernstein (2017).



Quadro 2- Análise da governança territorial e Economia Política das CRQs em Montes Claros -MG e Pelotas e Canguçu-RS

	CRQ de Monte Alto em Montes Claros-MG	CRQs do Algodão e Monjolo em Pelotas e Canguçu-RS
Governança territorial		
Aprofundamento democrático	CEDEFES nos anos 2000; I Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais em 2004; Participação no PAA a partir de 2003; Participação no PNAE a partir de 2009; Certificação da CRQ em 2017.	Programa Território da Cidadania, com reconhecimento de 36 CRQs em 2008; Participação no PAA a partir de 2003; Participação no PNAE a partir de 2009; Assistência técnica do CAPA nos anos 2000; Comitê Gestor Quilombola em Pelotas-RS em 2015; Conferência Nacional de Assistência Social em 2015.
Coordenação	Falta de coordenação; Falta de assistência técnica; Utilizam pacote tecnológico no plantio.	Projeto Quintal Orgânico da EMBRAPA em 2018; Certificação Orgânica pela Rede Ecovida; Feira Agroecológica Akotirene em 2021
Laços de cooperação	Não possuem cooperativa; Possuem uma associação; Não participam na elaboração de políticas	Participam de Rodas de conversa; Possuem uma associação; São cooperados em cooperativas sem a titulação quilombola.
Economia política		
Quem possui o que?	Terreno arrendado com fonte de água.	Assistência técnica para produzir em suas propriedades.
Quem faz o que?	Condições financeiras determinam se permanecerão na agricultura.	Produzem alimentos orgânicos em um espaço reduzido na CRQ.
Quem recebe o que?	Não conseguem atender satisfatoriamente o PAA e o PNAE; Vendem mercadorias na CEANORTE.	Ações em conjunto com outras instituições para comercializarem seus produtos seja por meio de políticas públicas (PAA e PNAE), ou para organização de feiras livres
O que eles fazem com isso?	Não conseguem expandir sua participação nas políticas públicas; Não conseguem atender outros mercados.	Gerar renda com a produção orgânica da CRQ.

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 2 mostrou situações nas CRQs visitadas, que passaram pelo mesmo processo de reconhecimento histórico, mas tiveram resultados diferentes. As dimensões apresentadas otimizaram as discussões sobre territórios. Ao analisar aspectos da governança territorial, verificou-se que o aprofundamento democrático ocorreu na mesma proporção, ou seja, as políticas públicas e a certificação das CRQs serviram para o reconhecimento do território. As diferenças começaram a partir da maneira que foi feita a coordenação. Na CRQ de Monte Alto, o grupo não conseguiu se organizar interna e externamente, enquanto nas comunidades nos municípios de Pelotas e Canguçu, o CAPA coordenou ações interinstitucionais, que serviram para direcionar a produção orgânica e a união dos agricultores remanescentes quilombolas. Se a coordenação não for bem-sucedida os laços de cooperação são afetados, pois na comunidade de Minas Gerais, embora exista uma associação, não há confiança suficiente para formar ou participar de uma cooperativa. Outro ponto importante é falta de participação da própria CRQ na discussão de políticas públicas que poderiam favorecê-los. Mas, nas comunidades do Algodão e Monjolo, os laços de cooperação entre eles e até mesmo com outras instituições é



mais profundo. Embora essas comunidades dos municípios de Pelotas e Canguçu não possuam uma cooperativa própria eles conseguem trabalhar em parceria com outras cooperativas.

Esses resultados decorreram de análises voltadas apenas para a questões de governança. Porém, no decorrer da pesquisa verificou-se a necessidade de se discutir economia de um ponto de vista político. E é nesse ponto que se encontraram as maiores divergências no tratamento dado as CRQs. Nas comunidades dos municípios de Pelotas e Canguçu a assistência técnica promovida pelo CAPA contribui para que os remanescentes quilombolas permaneçam em seu território, obtendo o máximo possível de produção. Já no município de Montes Claros, devido as condições climáticas, é essencial que as terras possuam fonte de água, o fato de não existir rios ou poços artesianos para atender toda comunidade impede o uso das terras e os torna dependentes de arrendamentos.

Outro fator determinante da Economia Política é entender “Quem faz o que?”, na situação da CRQ de Monte Alto quem consegue seguir como agricultor tem que fazer investimentos da terra, quem não consegue, fica dependente de políticas públicas para obter crédito. Ou seja, a comunidade não é independente em seu próprio território. Mas, no caso das CRQs do Algodão e de Monjolo, eles conseguem uma estabilidade financeira, pois a assistência técnica do CAPA facilita sua produção e comercialização.

Percebeu-se que a assistência técnica no formato de extensão rural é determinante para a consolidação da CRQ. Na questão “Quem recebe o que?” a organização para venda de produtos só foi bem-sucedida quando a comunidade interage com as secretarias municipais para garantir a compra institucional ou mesmo vender direto ao consumidor por meio de feiras, que o caso das comunidades do Rio Grande do Sul. E, Monte Alto, por não haver esse acompanhamento, não consegue atingir resultados satisfatórios nem no mercado institucional, nem no mercado privado.

Com base em todos os achados, observou-se que para aproveitar os direitos estabelecidos por meio do reconhecimento das CRQs, é preciso ter questões de governança territorial alinhadas, além de entender o que de fato essa comunidade possui (Quem possui o que?), entender o que eles fazem para sua subsistência (Quem faz o que?), e quais seus resultados (Quem recebe o que?). Não basta reconhecer o território, é preciso criar mecanismos de organização na CRQ que façam com que ela se mantenha. Assim a questão “O que eles fazem com isso?” serve para verificar sua autossuficiência.

Logo, após a análise realizada se espera trazer uma nova perspectiva para a abordagem territorial em CRQs, em que se leva em consideração políticas públicas de DHAA, níveis de governo (municipal, estadual e federal), sociedade e mercado. Avançar nesse entendimento implica mudanças profundas nas formas de pensar, desenhar e implementar ações para o desenvolvimento de CRQs.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, B. Montes Claros tem a primeira comunidade rural reconhecida como quilombola. **Educadora News**, Montes Claros, 25 nov. 2017. Disponível em:



<https://educadoraam670.minhawebradio.net/noticia/237212/montes-claros-tem-a-primeira-comunidade-rural-reconhecida-como-quilombola>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ASSIES, W. Land tenure legislation in a pluri-cultural and multi-ethnic Society: the case of Bolivia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 33, n.4, p. 569-611, 2006.

<https://doi.org/10.1080/03066150601119975>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNSTEIN, H. Political economy of agrarian change some key concepts and questions.

RUDN Journal of Sociology, v. 17, n. 1, p. 7-18, 2017. <https://doi.org/10.22363/2313-2272-2017-17-1-7-18>

BISHOP, R. Freeing ourselves from neocolonial domination in research a Kaupapa Maori approach to Creating Knowledge. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. 3rd. ed. London: Sage Publications, 2005

BLATER, J.; HAVERLAND, M. **Designing case studies: explanatory approaches in small-N research**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

BRANDÃO, A. A.; DALT, S.; SOUZA, S. C. Comunidades quilombolas e o Programa Nacional de Habitação Rural. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n.1, p. 79-98, 2018.

<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.4045>

BRESCIANINI, C. P. Há 131 anos, senadores aprovavam o fim da escravidão no Brasil.

Senado Notícias, Brasília, 13 maio 2019. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/13/ha-131-anos-senadores-aprovavam-o-fim-da-escravidao-no-brasil#:~:text=Por%20388%20anos%20o%20Brasil,sustent%C3%A1culo%20econ%C3%B4mico%20do%20regime%20imperial>.

Acesso em: 19 jan. 2024.

CAHILL, C. Doing research with young people: participatory research and the rituals of collective work. **Children's Geographies**, v. 5, n. 3, p. 297-312, 2007.

<https://doi.org/10.1080/14733280701445895>

CAVALCANTE, L. Minas é o 3º em quilombolas. **Estado de Minas Gerais**, 28 jul. 2023.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/07/28/interna_gerais,1526253/minas-e-o-3-em-quilombolas.shtml#google_vignette. Acesso em: 17 fev. 2024

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA (CEDEFES). Relação das comunidades negras quilombolas em Minas Gerais. Belo Horizonte, 04 jun. 2021. Disponível em:

<https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>. Acesso em : 17 de fev. de 2024.



CHARREIRE, S.; DURIEUX, F. Explorer et tester: Deux voies pour la recherche. In THIETART, R. A. et coll. (Org.). **Méthodes de recherche en management**. Paris: Dunod, 2003.

COLLINSON, S. Power, Livelihoods and Conflict: Case studies in political economy analysis for humanitarian action. **Humanitarian Policy Group (HPG) Report 2003**, Overseas Development Institute: London, England, 2003. Disponível em: <http://cdn-odi-production.s3-website-euwest1.amazonaws.com/media/documents/289.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CRUZ, L. B. **O processo de formação de estratégias de desenvolvimento sustentável de grupos multinacionais**. 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12416>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial. In. SIEDENBERG, D. R., **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 245, n. 20, 2007. <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24520.htm>

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: uma introdução ao tema. In. DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2015215.04>

DUNCAN, J.; LEVKOE, C. Z.; MORAGUES-FAUS, A. Envisioning New Horizons for the Political Economy of Sustainable Food Systems. **IDS Bulletin The Political Economy of Food**, v. 50, p. 37-55, 2019. <https://doi.org/10.19088/1968-2019.117>

FARINÓS, J. Nuevas formas de gobernanza para el desarrollo sostenible del espacio relacional. **Ería**, v. 67, p. 219-235, 2005. <https://doi.org/10.17811/er.0.2005.219-235>

FAVARETO, A.; GINEL, J. E. G.; GRISA, C. Repensar as estratégias de desenvolvimento territorial no Brasil, um desafio conjunto para governos, sociedade civil e universidades. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 3, n.1, p. 163-176, 2017. <https://periodicos.unb.br/index.php/regis/article/view/13540>

FEIO, P. A.; CHORINCAS, J. Governança territorial e inovação das políticas públicas. **Prospectiva e Planejamento**, v. 16, p. 137-157, 2009.



FERRÃO, J. Governança, governo e ordenamento do território em contextos metropolitanos. In. FERREIRA, A. *et al.* (Eds.), **Metropolização do Espaço: Gestão Territorial e Relações Urbano Rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

FONSECA, C. M.; COSTA R. R. S.; LISBÔA, C. M. P.; SILVA, K. A. M.; GOMES, A. I.; OLIVEIRA, M. F. B. O direito à alimentação escolar na pandemia da Covid-19: um relato de experiência emancipatória da extensão universitária em comunidade quilombola. **Interagir: Pensando a Extensão**, v. 32, p. 63-80, 2021. <https://doi.org/10.12957/interag.2021.61421>

FORTUNATO, G. J. G. M.; MONEGO, E. T.; MARTINS, K. A.; PISCOYA, M.; OLIVEIRA, G. A. L. Avaliação da alimentação escolar: o cenário das comunidades remanescentes de quilombos em Goiás. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, p. e023009, 2023. <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8666895>

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville/United States of America: The University Press of Virginia, 1973.

GRISCOM, B. W.; ADAMS, J.; ELLIS, P. W.; HOUGHTON, R. A.; LOMAX, G.; MITEVA, D. A., et al. Natural climate solutions. **Proc. Natl. Acad. Sci.**, v. 114, n. 44, p. 11645-11650, 2017. <https://doi.org/10.1073/pnas.1710465114>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas | Indígenas e Quilombolas 2019 – Minas Gerais. **IBGE**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 17 fev. 2024.

LEFF, E. The power-full distribution of knowledge in political ecology: a view from the South. In. PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. **The Routledge handbook of political ecology**. Abingdon and New York: Routledge, 2015.

LOFLAND, J. Styles of reporting qualitative field research. **Am. Sociol.**, v. 9, p. 101-111, 1974.

LOFLAND, J.; LOFLAND, L. H. **Analyzing social settings: a guide to qualitative observation and analysis**. 3rd ed. Belmont, CA, USA: Wadsworth, 1995.

MAZUNARA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MEZIROW, J. **Transformative dimensions of adult learning**. San Francisco, California: Jossey-Bass Inc., Publishers, 1991.



MONTERROSO, I.; CRONKLETON, P.; LARSON, A. M. Commons, Indigenous rights, and governance. In. HUDSON, B.; ROSENBLOOM, J.; COLE, D. **Routledge handbook of the study of the commons**. London, New York: Routledge, 2019.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PORTER-BOLLAND, L.; ELLIS, E. A.; GUARIGUATA, M. R.; RUIZ-MALLÉN, I.; NEGRETE-YANKELEVICH, S.; REYES-GARCÍA, V. Community managed forests and forest protected areas: an assessment of their conservation effectiveness across the tropics. **Forest Ecology and Management**, v. 268, p. 6-17, 2012.
<https://doi.org/10.1016/j.foreco.2011.05.034>

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

ROSÁRIO, J.; CASTRO, L. M. B.; ESPESCHIT, L. R.; SANTOS, M. E. G.; CAMPOS, R.; AVELAR, R. C. Trabalhos do CEDEFES junto a comunidades negras e quilombolas em Minas Gerais: 20 anos de experiência. **Revista do Departamento De Ciências Sociais-Puc Minas**, v. 04, n. 01, p. 174-188, 2022.
<https://periodicos.pucminas.br/index.php/emsociedade/article/download/29539/20216/>

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALTER, E. Children aren't the future: where have all the young climate activists gone? **The Guardian International Edition**, New York, 15 April 2022. Disponível em:
<https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/jun/29/children-arent-the-future-where-have-all-the-young-climate-activists-gone>. Acesso em : 17 de fev. de 2024.

SAMPIERI R.H.; COLLADO C.F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, V. H. **Os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais: quilombos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Minas Gerais**. Trabalho de Conclusão (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Professor Jacy da Assis, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24012?mode=full>. Acesso em: 17 de fev. de 2024.

SARIGUMBA M. P.; SORIANO M.; ROBSON, J. P.; QUIVIQUIVI, I.; CABRERA, O.L. Understanding the role of youth in Indigenous territorial governance. **Frontiers in Environmental Science**, v. 11, p. 1-18, 2023. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2023.1200434>



SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (SEAPDR-RS) Secretaria da Agricultura e Emater divulgam dados preliminares de pesquisa sobre comunidades quilombolas. Porto Alegre, 02 dez. 2022. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/secretaria-da-agricultura-e-emater-divulgam-dados-preliminares-de-pesquisa-sobre-comunidades-quilombolas#:~:text=Existem%20hoje%20no%20Rio%20Grande,est%C3%A3o%20situadas%20em%20meio%20urbano>. Acesso em 17 de fev. 2024.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, n. 23, v. 1 e 02, p. 99-116, 2004. <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.237>

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. PNAE (National School Feeding Program) and its events of expansive learnings at municipal level. **World**, v. 3, n. 1, p. 86-111, 2022. <https://doi.org/10.3390/world3010005>

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. The PNAE (National School Feeding Program) activity system and its mediations. **Frontiers in Environmental Science**, v. 10, p. 1-17, 2023a. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2022.981932>

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. The PNAE (National School Feeding Program) activity system and its mediations National School Feeding Program (PNAE): A Public Policy That Promotes a Learning Framework and a More Sustainable Food System in Rio Grande do Sul, Brazil. **Foods**, v. 12, p. 1-24, 2023b. <https://doi.org/10.3390/foods12193622>

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. Complex governance network analysis between Brazilian public policies. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.18, n.2, e07843, 2024. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n2-196>

SCHUSTER, R.; GERMAIN, R. R.; BENNETT, J. R.; REO, N. J.; ARCESE, P. Vertebrate biodiversity on Indigenous-managed lands in Australia, Brazil, and Canada equals that in protected areas. **Environmental Science & Policy**, v. 101, p. 1-6, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2019.07.002>

WALKER, P.A. Political Ecology: Where is the policy? **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 3, p. 382-95, 2006. <https://doi.org/10.1191/0309132506ph613pr>

WALKER, W.; GORELIK, S. R.; BACCINI, A.; ARAGON-OSEJO, J. L.; JOSSE, C.; MEYER, C., et al. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proc. Natl. Acad. Sci**, v. 117, n. 6, p. 3015-3025, 2020. <https://doi.org/10.1073/pnas.1913321117>



ZANLOURENSI, C. B.; NEVES, J.; LEITE, M. S.; GABRIEL, C. G.; SOAR, C. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultura familiar de povos e comunidades tradicionais: o caso da comunidade remanescente de quilombo Morro do Fortunato, em Garopaba, Santa Catarina, 2019. **Anais IV ENOSSAN IV** Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional, UFGO, Goiânia, Goiás, Brasil, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan-2019/trabalhos/o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-e-agricultura-familiar-de-povos-e-com?lang=pt-br>. Acesso em 17 de fev. 2024.

YIN, R. K. **Case study research and applications: design methods**. 6th. London: Cosmos Corporation – SAGE, 2018.

HISTÓRICO

Submetido: 17 de fevereiro de 2024.

Aprovado: 15 de julho de 2024.

Publicado: 19 de dezembro de 2024.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Eliane Alves da Silva

Mestre pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Washington Luiz, 855, Escola de Administração, Centro Histórico, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 90010-460.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6958-1101>.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1834027792929773>.

E-mail: eliane.alves@ufrgs.br.

Eugenio Avila Pedrozo (In memoriam)

Doutorado em Genie Industrielle, Institut National Polytechnique de Lorraine (França). Professor aposentado titular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Washington Luiz, 855, Escola de Administração, Centro Histórico, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 90010-460.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4751-707X>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0734321648126694>.

E-mail: eugenio.pedrozo@ufrgs.br.

Tania Nunes da Silva

Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora aposentada titular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; Professora convidada pela Universidade Federal da Paraíba no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UEPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Washington Luiz, 855, Escola de Administração, Centro Histórico, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 90010-460.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1964-13130>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4693674427102054>.

E-mail: tnsilva@ea.ufrgs.br.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. Políticas públicas de segurança alimentar e quilombolas: uma discussão de território, governança e economia política. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12569, 2024.